

Dalva Maria da Mota
Doutora em Sociologia. Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros
Costeiros. E-mail: dalva@cpatc.embrapa.br

Josué Francisco da Silva Júnior
Mestre e Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiro.
E-mail: josue@cpatc.embrapa.br

Raízes

Vol. 22, Nº 02, jul.–dez./2003

Trabalho recebido em:

25/04/2004

Aprovado para publicação em:

29/10/2004

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E FORMAS DE GESTÃO DAS ÁREAS DE OCORRÊNCIA NATURAL DE MANGABEIRA

RESUMO

Discute-se neste artigo como a gestão das áreas naturais de Mangabeira tem garantido a sobrevivência de uma população tradicional, no contexto das tendências de valorização dos produtos considerados exóticos. As principais conclusões demonstram que a população local de catadores detém importante conhecimento acerca do manejo e uso da mangabeira. Mesmo assim, esta população mantém uma compreensão das áreas como bens infinitos, o que muitas vezes resulta em um extrativismo predatório, com a consequente destruição de um dos mais importantes componentes da sua renda. Por tudo isso, qualquer discussão sobre estratégias de conservação, *in situ* dos recursos genéticos e do uso sustentável das áreas nativas de mangabeira na região, deve considerar os saberes e as concepções dessa população.

Palavras-chave: recursos genéticos, *Hancornia speciosa*, extrativismo.

TRADITIONAL POPULATIONS AND FORMS OF MANAGEMENT OF AREAS OF NATURAL OCCURRENCE OF “MANGABA” ON THE SERGIPE COAST, BRAZIL

ABSTRACT

This article discuss how the management of natural area of “mangaba” trees has guaranteed the social reproduction of a traditional population (named “catadores de mangaba”) in the context of trends of valuation of indigenous products. To find out a answer to it, a research is being carried out in these fields, located in the States of Sergipe and Bahia, Brazil. The main conclusions demonstrate that the “catadores de mangaba” have important knowledge concerning the management and use of “mangaba” trees in the “restinga” ecosystem in the Pontal. However the population has an understanding that the natural areas are non-exhaustive, resulting in a predatory extractive activity, with the consequent destruction of one of the most important components of its gains. Thus, any discussion about *in situ* conservation of genetic resources strategies of “mangaba” tree natural areas in that region must consider the knowledge and conceptions of this population.

Key-words: genetic resources, *Hancornia speciosa*, extractivism.

1. INTRODUÇÃO

Na última década, os estudiosos da globalização da agricultura e dos sistemas agroalimentares, não satisfeitos com os enfoques analíticos que prestigiam exclusivamente a produção ou qualquer outro segmento isolado da cadeia produtiva, têm dedicado-se ao estudo do conjunto dos processos que se conformam da produção ao consumo das diferentes mercadorias. Em se tratando da agricultura, prestigiam as novas tendências do mercado, como o simultâneo aumento do consumo dos produtos de massa e de luxo, a exemplo dos denominados produtos frescos. Em se tratando das frutas de clima temperado, houve aumento do consumo em praticamente todos os estratos de renda (Maluf, 2000). Paradoxalmente, o consumo das frutas tropicais decresceu, principalmente, no estrato inferior de renda. De uma forma ou de outra, o consumo de produtos frescos e naturais é valorizado por estratos privilegiados da população, em decorrência:

- a) dos novos padrões estéticos dos corpos;
- b) das crescentes preocupações com a menor ingestão de gorduras e de produtos industrializados;
- c) da expansão dos produtos considerados exóticos, associados a regiões longínquas, com climas e sistemas de produção completamente diferentes daqueles nos quais os consumidores vivem;
- d) dos símbolos associados ao consumo dos denominados produtos “frescos”, que implicam, usualmente, um maior valor ambiental agregado.

No Brasil, a valorização dos produtos é visível pela intensificação da disponibilidade de frutas naturalizadas ou nativas nas gôndolas dos supermercados, a exemplo do caju, jenipapo, cajá, umbu e mangaba, encontrados, até poucos anos atrás, apenas nas feiras livres. Este é o caso também das frutas provenientes de áreas irrigadas do Nordeste, que podem ser encontradas tanto nos mercados locais quanto nos internacionais, a exemplo dos supermercados da Europa, Estados Unidos e Japão, onde as mangas e os melões têm estado disponíveis (Cavalcanti, 1999; Cavalcanti & Silva, 1999; Cavalcanti & Bendini, 2001).

Em se tratando de produtos nativos e naturalizados, a

Amazônia tem sido o grande campo de investigação, dada à sua oferta de frutos comestíveis e ao interesse mundial na sua preservação, considerando que ali se concentra uma das maiores biodiversidades do planeta. Em relação ao extrativismo de produtos nativos de regiões outras que não a Amazônia, a exemplo da mangaba no Nordeste, ainda são raros os estudos relacionados às lógicas de estratégias das populações tradicionais e formas coletivas¹ de gestão das áreas naturais. Provavelmente, por essas populações alternarem-se entre diferentes atividades, colocadas em prática segundo lógicas tão específicas e localizadas, elas acabam sendo “marginalizadas”, em função de fenômenos que têm maior visibilidade e que representam exemplos mais clássicos da vida no mundo rural. Esse alheamento analítico dificulta o delineamento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida dessas populações concatenado à conservação dos remanescentes de Mangabeira², ameaçados por estarem situados em áreas turísticas, sujeitas à intensa especulação imobiliária. Além disso, essas populações são atingidas por tendências que vêm se delineando, como a valorização dos frutos pela indústria de processamento. Frente a essa situação, a mangaba tem chamado a atenção dos proprietários de terra, reorientando o uso para a exploração da cultura.

Sob tal quadro, evidencia-se a importância do objetivo desse artigo: analisar as estratégias de reprodução e as formas coletivas de gestão das áreas naturais de mangabeira de uma população tradicional, que alia a atividade do extrativismo dos frutos à coleta de produtos originários do manguezal. Por essa associação, destacam-se os perfis individuais e familiares, aspectos sócio-econômicos, identitários e de renda.

2. ATORES E LUGAR DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no ano de 2003, no Povoado Pontal, Município de Indiaroba, situado no Litoral Sul Sergipano. O Pontal localiza-se a 17 km da sede do Município e a 106 km de Aracaju, pela rodovia SE-100, trecho Pontal/Convento, fazendo fronteira ao norte com o

¹ Práticas compartilhadas por diferentes pessoas pertencentes a um mesmo território e ligadas por laços de consangüinidade na gestão dos recursos naturais (campos de ocorrência de mangaba e mangue) cujas regras não são escritas mas do conhecimento de todos pela oralidade e pela ação.

² A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma espécie frutífera nativa das restingas e cerrados do Brasil. O seu fruto — a mangaba — é o principal produto explorado, sendo utilizado na fabricação de sucos, polpas e sorvetes e bastante popular no litoral nordestino. Nos últimos anos, tem despontado como importante matéria prima para a agroindústria tropical, alcançando excelentes preços no mercado de frutas frescas e polpas, e despertando o interesse do empresariado desse segmento.

povoado Terra Caída, ao sul com o povoado Preguiça, a oeste com o povoado Convento e a leste com o rio Real.

A abordagem qualitativa foi predominante, constando do levantamento de dados primários e secundários, organizados de modo a comporem um quadro geral das dinâmicas locais de estratégias, mas também valorizando as características individuais e familiares dos entrevistados.

Foram realizadas visitas exploratórias para observação das áreas naturais de mangabeira e da vida local, a aplicação de 34 questionários com atores-chave³ (oito homens e 26 mulheres) e entrevistas semi-estruturadas com um grupo de mulheres (cinco participantes) e um grupo de homens (seis participantes), que estavam assim agrupados no momento da visita. Cinco entrevistas foram realizadas com três catadores (duas mulheres e um homem), um proprietário e outro responsável por uma área empresarial.

Para a composição da amostra, buscaram-se atores-chave que residissem em diferentes áreas do povoado, que fossem diversificados quanto ao sexo, à idade e a atividades econômicas exercidas. Em muitos casos, um ator-chave entrevistado indicava outro que também fosse catador.

3. SOBRE AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA LITERATURA

O tema populações tradicionais e biodiversidade tem sido abordado na literatura brasileira pelo estudo do acesso aos recursos da Mata Atlântica quanto aos aspectos sociais e culturais (Diegues, 2002); saberes tradicionais e biodiversidade (Diegues & Arruda, 2001); manejo dos recursos no contexto ecológico, fundiário e legal (Reis *et al.*, 2000); economia do extrativismo (Young, 2000); território, biodiversidade e saberes (Castro, 1997), sociabilidades das populações tradicionais (Conceição, 2001), reservas extrativistas (Almeida, 2004), p. 7) e, mais recentemente, o mapeamento das formas coletivas de gestão de áreas naturais de mangaba (Mota *et al.*, 2003).

Nestes estudos, as populações tradicionais são consideradas produtoras de saberes, e as formas de manejo a eles

pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade (Castro, 1997, p. 165). Daí porque este é uma tema que se coloca na ordem do dia face ao reconhecimento da problemática ambiental no contexto global e a necessidade cada vez maior de inventariar os conhecimentos, usos e práticas dessas populações, considerando que a biodiversidade não é só um produto da natureza, mas é, em muitos casos, produto da ação das sociedades e culturas humanas (Diegues & Arruda, 2001, p. 15).

Almeida (2004) questiona o significado em si mesma da expressão e a relaciona a um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e assim é visto pelo resto da sociedade. Associa a expressão a um jargão utilizado nas diferentes instituições a partir da década de 80. “Havia a superposição das áreas de riqueza biológica e de riqueza natural, e por outro lado, de populações pobres nestas áreas” (Almeida, 2004, p. 7). Para ele, o termo identificava duas idéias: o conceito de desenvolvimento sustentável e populações antes chamadas de nativas, pobres. A junção dessas idéias levou à visibilização de um novo ator do desenvolvimento que assim tem sido considerado nas políticas públicas.

Mesmo que apresente características associadas à noção do que seriam as populações tradicionais, o autor sugere a auto-identificação como um requisito ao pertencimento ou não. “Reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular” é um dos critérios para a definição de populações tradicionais apontado por Diegues & Arruda (2001, p. 28), além do modo de vida.

Sem diferir de Almeida (2004) quanto à importância das populações tradicionais na preservação da biodiversidade, Diegues (2002) sugere uma tipologia do extrativismo, considerando-o no sentido amplo, ou seja, “gama de atividades, desde a coleta de espécies nativas da mata até o manejo dessas espécies pelos pequenos produtores e o cultivo dessas espécies (ainda que este último não possa ser considerado, a rigor, uma atividade extrativista)” (Diegues, 2002, p. 135).

³ Dos participantes deste estudo, 82% são mulheres e 18% homens que se alternam entre diferentes atividades. Do total dos entrevistados, 65% nasceram no Pontal, 26% são originários de outros municípios do Estado de Sergipe e apenas 9% são de outros Estados do Nordeste. A grande maioria dos entrevistados (84%) vive maritalmente com um companheiro, mas afirma que não é casada. Os solteiros perfazem 9% do total e os demais se dividem igualmente entre viúvos e separados. Em relação ao número de filhos, 9% não os possuem e são exatamente os solteiros. Dos que têm companheiro, 15% têm de sete a 12 filhos, 53% têm de quatro a seis filhos e os demais possuem de um a três. O nível escolar é baixo, sendo que 18% são analfabetos, 15% só assinam o nome, 65% frequentaram as primeiras séries do ensino fundamental e os demais estudam, principalmente, aqueles mais jovens e solteiros, que mediante a disponibilidade de transporte para povoados e municípios vizinhos, podem ampliar a escolarização.

4. ENTRE A TERRA E O MAR: ESTRATÉGIAS COMBINADAS DE REPRODUÇÃO

Já afirmava Diegues (2002) que a atividade extrativista, em grande parte dos casos, não é única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo, mesmo que seja fundamental para a composição da renda das populações tradicionais, condição que pode ser atestada no caso dos moradores do Pontal.

Uma possibilidade de classificação dos mesmos quanto às estratégias de reprodução social pode ser feita a partir das suas relações com a terra, recurso natural cujo acesso tem sido problemático para as populações pobres no Brasil. No geral, estão divididos entre uma grande maioria que não tem terra legalmente, mas que tem acesso à mesma para a prática do extrativismo, e uma ínfima minoria que tem terra e explora a agricultura como atividade central, principalmente o coco. Essa divisão implica uma diferente concepção quanto à importância das áreas naturais de mangabeira, pouco importante para os proprietários e muito importante para os que não possuem terra, chegando a ser um dos principais componentes da sua renda.

O paradoxo entre não deter a propriedade da terra, mas a ela ter acesso para o extrativismo, tem repassado de geração à geração, muito embora todos saibam quem são os proprietários e a eles devam um certo respeito e uma atitude de dívida permanente que implica numa certa “ética” de reciprocidade, tão comuns no entorno das grandes propriedades nordestinas pelos que não possuíam terra, conforme analisado por Andrade (1986). Aos despossuídos, competia um acesso condicionado ao pagamento em produto ou por meio de serviços, voto, obediência ou simplesmente do reconhecimento de uma doação. A experiência influenciou para que, nos dias atuais, exista uma compreensão de que “as terras têm dono, mas a mangaba é de ninguém”, compreensão esta que tende a ser colocada em questionamento pelos proprietários, em decorrência da crescente valorização da fruta e da possibilidade de dispor de tecnologias para exploração do produto em escala.

Mesmo assim, a população do Pontal segue tendo acesso às áreas naturais e dependendo da coleta da mangaba para sobreviver, juntamente com o extrativismo praticado nos manguezais, atividades complementares e desenvolvidas segundo um manejo tradicional “marcado pelas restrições oriundas de períodos do ano, fases da lua, locais, etc.” (Diegues, 2002, p. 136).

Considerando a combinação das diferentes atividades desenvolvidas pelos entrevistados, o grupo foi subdividido em três. O primeiro é formado por 28 entrevistados que se autodenominam *catadores de mangaba*, *marisqueiros* e *pescadores*. Destes, 20 são mulheres, que têm união consensual (apenas uma é viúva), têm filhos e se dividem entre as tarefas domésticas, a cata de mariscos e crustáceos e o extrativismo da mangaba. Esta última atividade é muito valorizada, por garantir retorno econômico mais regular na época da safra. O grupo ainda é formado por duas estudantes e por seis pescadores. As estudantes têm 14 anos, estudam nas últimas séries do ensino fundamental, são solteiras, não têm filhos e catam mangaba apenas eventualmente, de forma a não prejudicar os estudos. Vendem, localmente, e reconhecem que é uma atividade que realizam apenas para ter um mínimo de dinheiro necessário para a compra de objetos de uso pessoal. Não contribuem para a estratégia familiar.

Os pescadores são homens, têm idade que varia de 27 a 58 anos, têm uniões consensuais (apenas um é solteiro) e cursaram apenas as primeiras séries do ensino fundamental. Utilizam barcos para pescar no rio e dispõem de redes de pesca e de outros aviamentos. Apesar de declararem a pesca como a principal atividade, realizada durante todo o ano, no período de produção de Mangaba esses pescadores também participam da coleta, juntamente com outros familiares. A renda bruta familiar do grupo é de R\$ 215,00/mês, sendo que 36% são provenientes da venda da mangaba.

O segundo grupo é formado por quatro entrevistados que se dedicam, simultaneamente, à cata da Mangaba e ao comércio. Dois vendem bebidas e dois comercializam mangaba de terceiros, além da sua própria. Como outras atividades, dois são “caseiros” de sítios, dos quais vendem, em benefício próprio, produtos como coco, caju e manga. Têm de 39 a 64 anos, são participantes de uniões consensuais e têm filhos. Um é analfabeto, dois assinam o nome e o outro estudou até a 3ª série do ensino fundamental. A renda bruta familiar média do grupo é de R\$ 255,00/mês, sendo que 32% desta é proveniente da venda da mangaba. O segundo grupo tem renda superior em 16% comparativamente ao primeiro, decorrência do maior acúmulo e diversidade de atividades econômicas realizadas.

O terceiro grupo é constituído por apenas dois entrevistados, os quais têm, respectivamente, 27 e 57 anos. São casados e administram propriedades nas quais existem áreas naturais de mangabeira. O mais jovem apenas cursou o primário, tem um filho e é assalariado, trabalhando

como responsável por uma propriedade. O mais velho estudou o equivalente ao 2º grau, é proprietário e possui uma pousada. Nenhum dos dois depende da coleta de mangaba para sobreviver, mas se relacionam diretamente com os catadores. Por terem áreas cercadas, tentam impor uma disciplina àqueles, muito embora reconheçam que é muito difícil. Se em uma das áreas, que é mais próxima ao povoado, os catadores entram e colhem a mangaba independente da permissão do proprietário, na outra existe um maior controle, mas os catadores não atendem às solicitações seguidas de, por exemplo, não deixar lixo nos campos.

Observando os três grupos, as relações são amistosas entre os dois primeiros, ou seja, aqueles que não têm terra e que dependem de uma combinação de atividades para sobreviver. Já com o terceiro grupo, não existe um conflito aberto, mas há discordâncias quanto aos procedimentos utilizados para a coleta da mangaba ou quanto às formas de acesso às áreas nativas. A forma de explicitação das discordâncias incide sobre a desvalorização recíproca, estratégia de escamoteamento das diferenças e das oposições pela compreensão de que os frutos da mangabeira são tradicionalmente de uso comum. Todavia, vem brotando a idéia de exploração comercial, completamente incompatível com o livre acesso.

Para os entrevistados, o lugar de residência é, predominantemente, a sede do povoado (82%), sendo que os demais habitam em propriedades nas circunvizinhanças. O Pontal dispõe de escola primária, posto de saúde, igrejas católica e evangélicas, pequenas mercearias, praça, clube, bares, campo de futebol e transporte regular para os municípios vizinhos. Tem associação comunitária e de barqueiros e uma localização privilegiada, pois está no estuário do Rio Real, com visão para as dunas da conhecida praia de Mangue Seco, na Bahia. Todas estas condições influenciam para uma vida local dinâmica, com certo fluxo de turistas, que usam o pequeno porto do povoado na travessia para Mangue Seco.

O povoado é habitado por uma população que tem uma importante presença de negros, provavelmente em decorrência de, no passado, ter sido uma das áreas de cultivo de cana-de-açúcar que utilizava trabalho escravo. Os habitantes atuais dedicam-se, predominantemente, à pesca, à cata de crustáceos e de moluscos (siri, aratu, sururu, marisco, caranguejo e ostra) e ao extrativismo da mangaba. Em mínima proporção, as pessoas se dedicam aos pequenos negócios, às explorações do coco e da mandioca e ao turismo (garçons, diaristas em

residências de férias, vigilantes, etc.).

As residências são de alvenaria para 62% dos entrevistados, de taipa para 31% e de palha para os demais. Apesar dos diferentes materiais utilizados, o tamanho médio das residências é de quatro cômodos. Ocorre apenas um caso de residência com mais de sete cômodos. O nível de precariedade das instalações sanitárias e da água para consumo humano é visível. Mais de 80% dos entrevistados utilizam água de poços, individuais ou coletivos, com, aproximadamente, 6 m de profundidade. É a água do lençol freático, que nas áreas de restinga locais, apresenta-se muito próximo à superfície e que recebe toda a carga de esgoto das fossas domiciliares. É interessante observar o sistema de gestão da água, em que muitos vizinhos disponibilizam o poço para quem não o possui. A existência de água encanada no povoado é desconsiderada pela população, devido ao preço inacessível do serviço para ela. Coleta de lixo e sistema de esgoto não existem, ficando a critério de cada família o destino do lixo (enterrado ou queimado, na maioria dos casos) e da água servida. As instalações sanitárias são freqüentes, geralmente construídas pelo poder público, no entanto, ainda não são acessíveis a 15% dos entrevistados, pela dificuldade do pagamento das faturas.

Em relação à profissão, a maioria dos entrevistados explicitou atividades relacionadas ao extrativismo vegetal e animal (pescadores, catadores, marisqueiras). É importante observar que, para todos os casos, a profissão é decorrente de um aprendizado cotidiano, realizado na busca de produtos que garantam à sobrevivência familiar. Apesar da passagem pela escola de uma grande parte dos entrevistados, a mesma não exerceu um papel que possibilitasse uma diferenciação interna do grupo.

Apesar da auto identificação da população com o extrativismo vegetal e animal, observa-se que, nos últimos anos, está havendo um declínio da oferta de caranguejo em Sergipe, e seu quase completo desaparecimento nos manguezais do Estado, fato provocado por um desequilíbrio ecológico do ecossistema. Este desequilíbrio está sendo investigado, mas tem sido freqüentemente associado ao surgimento dos viveiros de camarão pelas pessoas em geral, embora não haja qualquer constatação do fato. Os viveiros de camarão, no entanto, têm contribuído para a devastação da vegetação de restinga. Ecossistema considerado de extrema fragilidade e habitat de espécies importantes como a mangabeira.

Paralelamente ao declínio do caranguejo, a mangaba desponta no cenário nacional como um produto de alto

valor, graças ao seu exótico sabor, o que pode vir a ser a “tábua de salvação” para a população do Pontal. No entanto, enquanto o acesso ao caranguejo era livre, o acesso às mangabeiras tende a limitar-se, face à possibilidade dos proprietários explorarem seus remanescentes diante dos preços compensadores, a exemplo do que já vem ocorrendo em áreas próximas de Aracaju (Terra Dura), Santo Amaro das Brotas e Barra dos Coqueiros, nas quais alguns campos foram cercados e foi impedida a entrada da população local de catadores.

5. FORMAS COLETIVAS DE GESTÃO DOS CAMPOS DE MANGABEIRA

A gestão dos campos de mangabeira pela população é realizada há anos e teve sempre como obrigação máxima de cada um, a conservação das plantas (significa não cortar e evitar quebrar os galhos), o acesso indiscriminado de todos os habitantes a qualquer planta para coletar frutos, proteção dos frutos verdes e coleta daqueles “de vez” (quase maduros) e “de queda” ou “de caída” (frutos que caem naturalmente) e a manutenção das áreas sem cercas. Apesar de todas estas condições, os entrevistados reconhecem que, na atual conjuntura de valorização dos frutos, está havendo uma intensificação das colheitas, prática que tem influenciado na quebra dos galhos, no esgotamento das plantas e na diminuição da reprodução via frutos de caída. O risco da intensificação é romper com as restrições características do manejo tradicional, enfraquecendo a força cultural e provocando o extrativismo não sustentável (Diegues, 2002).

Os entrevistados detêm importantes saberes quanto às áreas naturais e reconhecem que as plantas sempre estiveram presentes naquele ecossistema. “Faz parte das coisas de Deus” e que “elas morrem de velhice”, expressaram vários catadores. O aumento do número de árvores na área de ocorrência, conforme os relatos, deve-se à queda de frutos maduros, cujas sementes dão origem às novas plantas. Segundo os entrevistados, há uma grande variabilidade genética nos campos do Pontal, representada por plantas de diferentes tamanhos e formatos de copa, épocas e volume de produção, frutos de tamanho variado e plantas que produzem diferentes tipos de fruto. Sabem com precisão épocas e plantas de melhores frutos, como também reconhecem a vegetação nativa.

Apesar de todo este patrimônio de saber e da importância da cultura para a sobrevivência das famílias, diver-

sos relatos orais, a literatura e observações têm chamado a atenção para a redução da áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral do Nordeste, e, conseqüentemente, em Sergipe, Estado que concentra a maior parte da produção brasileira de mangaba proveniente do extrativismo praticado por comunidades tradicionais. Sergipe destaca-se ainda como o maior produtor nacional, com 492 t. ano⁻¹, dos quais 83% provêm do litoral Sul do Estado (IBGE, 2002).

As representações dos entrevistados no Pontal, no entanto, chamaram a atenção para uma ambigüidade em relação a essa problemática. Alguns afirmaram que a quantidade de árvores tem aumentado substancialmente de forma natural e que não existe o menor risco de desaparecimento dessas plantas. Outros, em oposição, constataram que as áreas nativas diminuíram sensivelmente, em decorrência da ampliação da área urbana; do extrativismo predatório, provocado, principalmente, pela quebra dos galhos na colheita; da excessiva retirada de frutos, sem que haja reposição de sementes para o surgimento de novas plantas; e da instalação de um viveiro de camarão na vizinhança, que provocou a derrubada de uma extensa área de ocorrência natural de mangabeira.

Apesar dessa ambigüidade nas respostas, a questão da preservação das áreas nativas ainda não constitui uma preocupação, por uma pré-noção consensual para grande parte dos moradores na comunidade: a mangabeira é um componente do ecossistema, anterior à fundação do povoado e, como tal, seria um recurso inesgotável. Essa visão acarreta uma falta de preocupação em relação a como lidar com a ameaça de desaparecimento de um dos principais constituintes da renda dessa população.

A gestão das áreas naturais está amparada no direito consuetudinário, pelo qual as mangabas são consideradas bens comuns, mesmo que todas as áreas sejam privadas e pertençam a proprietários que têm algum tipo de vínculo com a população local. Entretanto, o acesso a essas áreas tem sido um direito de todos, sem que haja conflitos explícitos. Recentemente, no entanto, começaram a surgir atividades que impedem o livre trânsito da população local. São áreas que têm investimentos em atividades não-convencionais no mundo rural (turismo e carcinicultura), lideradas por pessoas sem vínculos com a população local. Algumas áreas cercadas, cuja atividade predominante é a agricultura (cultivo do coqueiro), implicam certa dificuldade de acesso, mas a população local procura manter a cata da mangaba em algumas delas, mesmo sem autorização, inclusive no período noturno. A cerca é interpreta-

da pela população local como um símbolo da privatização das áreas comuns de colheita, mas, por si só, a cerca não é um impeditivo, a não ser quando acompanhada por uma ação mais incisiva do proprietário, explicitando a proibição. Nestes casos, há uma rejeição da população em relação a esse tipo de proprietário. Os catadores entrevistados afirmaram respeitar a cerca, no entanto, foram unânimes em afirmar que muitos não o fazem.

Seguindo o exemplo dos proprietários, alguns nativos também vêm cercando seus terrenos, talvez para garantir a sua colheita, diante da crescente valorização dos frutos.

Mesmo frente às tentativas de privatização de algumas áreas, predomina o acesso a áreas comuns, reconhecido pela população como extremamente importante para a sua reprodução social.

A colheita de mangaba na região dá-se nos meses de novembro a julho, sendo que a safra de verão abarca de dezembro a abril, e a de inverno, de maio a julho. No verão, a produção é maior e os frutos têm melhor aparência, apresentando uma coloração amarelada, com pequenas pintas vermelhas. No inverno, a produção é menor e os frutos têm manchas mais escuras, que mudam a aparência, apesar de não comprometerem o sabor. Essa diferença pode ser atribuída à elevada umidade relativa do ar e à pluviosidade do período do ano em questão. Um dos catadores afirmou que esse último tipo de fruto, quando parte da sua polpa apodrece, é também conhecido como “mangaba-de-cachorro”. Nenhum trato cultural é realizado, uma vez que há uma compreensão de que não é necessário, considerando que, no decorrer dos anos, as plantas sempre produziram satisfatoriamente. Apenas em algumas áreas cercadas, os proprietários promovem o coroamento das plantas.

A colheita é realizada por grupos de pessoas ligadas pela consangüinidade ou por relações de vizinhança e amizade. É comum pessoas de uma mesma família nuclear dividirem o trabalho entre derrubar o fruto “de vez”, com auxílio de um gancho de arame, acoplado ou não a uma vara, e o de coleta dos frutos que caem. Após a catação, os frutos são colocados em baldes e transportados para as residências. Apesar de provocar a queda dos frutos “de vez”, há o reconhecimento de que as mangabas “de queda” são mais saborosas. No entanto, não suportam o manuseio e o transporte.

Nas residências, os frutos são lavados e postos a secar, sobre esteira de palha ou tecido de algodão, de modo que eles não fiquem amontoados. Em seguida, são acondicionados em caixas, para aguardar o comprador. Os catado-

res que vendem diretamente nas feiras livres dos municípios vizinhos (Estância, Indiaroba e Umbaúba), muitas vezes fôrram as caixas e cobrem com jornal ou papel (“encapotam”), a fim de apressar a maturação. Os frutos colhidos “de vez” e amadurecidos dessa forma são chamados mangaba de capote. Nas feiras, eles são vendidos em latas cuja medida equivale a um litro.

O volume médio de mangaba coletado pelos entrevistados varia, conforme a época do ano. No verão, cada catador colhe 84 litros (em torno de 63 kg) por semana, ao passo que, no inverno, esse volume cai para 30 litros (ou aproximadamente 22,5 kg). Baseado nessas informações, pôde-se notar que a produção total estimada dos 32 catadores entrevistados, equivaleu a 53,3 toneladas/ano de fruto, sendo 85% provenientes da safra de verão e o restante da de inverno. Ficou constatado, deste modo, que a produção daquela amostra de catadores foi muito superior ao total produzido por todo o Município de Indiaroba (17 toneladas), conforme dados do IBGE (2002).

Com relação à comercialização, na época da safra de verão, a grande maioria dos catadores vende a intermediários que recolhem a produção nas residências. Na safra de inverno, os intermediários não se interessam em buscar a produção, em decorrência do pequeno volume, fazendo com que algumas catadoras vendam diretamente nas feiras, obtendo melhores preços devido à escassez do produto. Deve-se ressaltar que, mesmo no verão, os catadores também obtêm bons preços.

A memória social registra que, no passado recente, a exploração da mangaba se resumia às necessidades da família, por isso eram valorizadas as mangabas “de queda”, utilizadas para a fabricação caseira de suco e sorvete (“geladinho”). Apenas recentemente o Pontal entrou na rota comercial dessa fruta. Nos anos 90, alguns catadores mais empreendedores colheram frutos e se deslocaram para as principais feiras dos municípios do litoral Sul sergipano, iniciando a sua comercialização. Após essa iniciativa, apenas um membro da comunidade estabeleceu-se como comprador e vendedor de mangaba. Criou-se, com esse fato, interconexões entre essa atividade extremamente localizada e outros locais de consumo. O marco inicial desse acontecimento foi a visita sistemática de compradores de mangaba na época de safra. Atualmente, cerca de três compradores são responsáveis pela aquisição da produção, dois dos quais são provenientes do povoado Convento e um da própria comunidade. Às vezes vêm compradores de Salvador e apenas um catador entrega diretamente seus frutos em uma fábrica de polpa no Município de Estância.

6. REFLEXÕES FINAIS

Ainda hoje populares dizem “isso é mangaba”, para sugerir que alguma coisa é muito fácil. Interpreta-se que, em tempos passados, a mangaba foi de fácil acesso às populações residentes em áreas de ocorrência natural, ou que a colheita é fácil em virtude de apenas apanhá-la no chão, principalmente, nos ecossistemas de tabuleiros costeiros e baixada litorânea do Brasil. No entanto, em muitas regiões costeiras do Nordeste, tem-se observado uma grande redução das áreas nativas, em função, sobretudo, do aumento da exploração com monoculturas e pastagens, bem como pela crescente expansão imobiliária, devido à beleza cênica e ao apelo turístico que essas áreas apresentam.

O paradoxo apresentado sugere que as fronteiras das áreas de ocorrência natural de mangabeira tendem a se fechar, especialmente pela privatização, o que trará, como consequência mais visível, a expulsão da população tradicional e, fatalmente, a perda de saberes importantes quanto aos recursos genéticos da espécie, que têm sido conservados ao longo das décadas. Colocaria também em risco a sustentabilidade de um ecossistema que tem sobrevivido de forma equilibrada pelas estratégias desenvolvidas de recursos da terra e do mar aproveitamento de forma complementar. Isto não significa dizer que as condições atuais de estratégias dessas populações sejam satisfatórias, em termos de acesso aos bens essenciais, principalmente pela inexistência da agregação de valor aos produtos que coletam, problema por demais conhecido na literatura que trata da agricultura familiar no campo brasileiro.

Deve-se ressaltar também que a conservação de recursos genéticos realizada por populações tradicionais tem, ultimamente, sido objeto de atenção de organismos internacionais, como o *International Plant Genetic Resources Institute* — IPGRI. Essa forma de conservação pode ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas formas de conservação, uma vez que as populações dessas comunidades, em grande parte, dependem da preservação desses recursos para garantirem a sua própria sobrevivência. Essas populações detêm um grande volume de informações, constituindo-se, desse modo, em potenciais parceiros na conservação do germoplasma de interesse científico e de importância para a segurança alimentar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. Entrevista do mês. <http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>. Acessado em 14/09/2004

ANDRADE, M. C. de. (1986), A terra e o homem no Nordeste. 5ª edição, São Paulo, Atlas.

CONCEIÇÃO, M. de F. C. da (2001). Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: Sociologia na Amazônia: debates e experiências de pesquisa. M. J. J. Costa (org). Editora Universitária UFPA, Belém. 141-164p.

CASTRO, E. (1997). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Faces do trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. E. Castro & F. Pinton (orgs.). Editora Cejup. Belém. 263- 283p.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: J. S. B. CAVALCANTI (Org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999, p. 123-170.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I. Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.339-362.

CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A. C. B. da. Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco. In: J. S. B. CAVALCANTI (Org.), Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999, p. 259 –281.

Diegues, A. C. S. (2002). Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da mata atlântica, in Sustentável mata atlântica, L. L. Simões & C. F. Lino (orgs.). São Paulo, Editora SENAC, São Paulo, 2001, 135-158p.

DIEGUES, A C. S.; A, Rinaldo, S. V. (2001), Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília, Ministério do

Meio Ambiente; São Paulo: USP, 176p.

IBGE. Produção extrativa vegetal. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Consultado em 19/06/2002.

MALUF, R. S. Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas de segurança alimentar. Em <http://polis.org.br/publicações/papers/20006.html>. Acesso em 11/07/2004.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F.; GOMES, J. B. V. Lógicas de estratégias social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: Simpósio Brasileiros sobre a Cultura da Mangaba, 2003, Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. Disponível em CD-ROM.

REIS, M. S. dos; MARIOT, A; CONTE, R. & GUERRA, M. P. Aspectos do manejo de recursos da mata atlântica no contexto ecológico, fundiário e legal, in, i Sustentável mata atlântica, L. L. Simões & C. F. Lino (orgs.). São Paulo, Editora SENAC, São Paulo, 2002, 159-171p.

SILVA JÚNIOR, J. F.; MOTA, D. M. da; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: Simpósio Brasileiros sobre a Cultura da Mangaba, 2003, Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. Disponível em CD-ROM.

YOUNG, C. E. F. Economia do extrativismo em áreas de mata atlântica, in Sustentável mata atlântica, L. L. Simões & C. F. Lino (orgs.). São Paulo, Editora SENAC, São Paulo, 2002, 173-1183p.